



BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A.

C.N.P.J. nº 01.023.570/0001-60
Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 1240 - 14º e 15º andares, Vila São Francisco, São Paulo - SP - Telefone: +55 11 5503-7000 - Fax: (0XX11) 5503-7005

Relatório da Administração

Suabmetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Rabobank International Brasil S.A. (Banco ou Instituição), relativas ao segundo semestre de 2024, acompanhadas das devidas notas explicativas. O Relatório do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria do Banco se mantêm fiel às suas origens e valores cooperativistas e continua focado no setor de Food & Agribusiness, no qual sua diferenciação disponibilizando produtos e serviços que carregam sua expertise global no setor. Em relação ao desempenho financeiro, no exercício de 2024, o Banco manteve o nível de suas atividades, gerando um volume de receitas em linha com o plano de negócio. Especificamente, o lucro líquido do exercício de 2024 foi de R\$ 343 milhões, bem menor em relação ao exercício anterior no montante de R\$ 813 milhões, em razão da provisão para perdas com crédito no exercício. O total de ativos alcançou R\$ 61,6 bilhões em dezembro de 2024, com um aumento de 32% em relação a dezembro de 2023 (R\$ 46,7 bilhões), principalmente em decorrência da variação cambial positiva de 27,9% no período. O retorno recorrente sobre o patrimônio líquido foi de 6,7% e no exercício anterior foi de 13,5%. O Patrimônio Líquido ficou no montante de R\$ 5,1 bilhões, o que significa uma redução de 4% em relação a dezembro de 2023 (R\$ 5,3 bilhões). Em 2024 foram pagos dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas no montante total de R\$ 484 milhões. A carteira de crédito atingiu o montante de R\$ 36,3 bilhões, com um aumento de 32% em relação a dezembro de 2023 (R\$ 27,6 bilhões). Com relação às despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD), houve uma provisão de R\$ (685) milhões, enquanto no exercício de 2023 ocorreu a reversão de R\$ 50 milhões, devido ao ano de 2024 mais desafiador no setor agrícola em função de efeitos climáticos e menor preço das commodities agrícolas. Dessa forma houve aumento no volume crescente de ativos problemáticos e consequentemente maior resultado de provisões. Este fator também explica o maior volume de renegotiações no ano de 2024 (R\$ 5,4 bilhões). Ressalta-se que em 2023 o perfil de risco dos clientes era positivo explicando a reversão de provisão ocorrida no ano. A carteira de Títulos e valores mobiliários (exceto títulos públicos federais) alcançou o montante de R\$ 7,6 bilhões, com um avanço de 20,8% em relação a 2023 no montante de R\$ 6,8 bilhões. O Banco continua firme na execução de sua estratégia global, que consiste, dentre diversos aspectos, em cultivar juntos um mundo melhor ("Growing a Better World Together"). Este comportamento está constantemente direcionando nossas relações com nossos clientes, fornecedores, funcionários e demais partes com quem nos relacionamos quando da execução de nossas atividades. Por fim, agradecemos aos nossos colaboradores, pela dedicação e talento que nos permitiram alcançar todos os nossos objetivos, e aos nossos clientes e acionistas, pelo apoio e confiança que nos são atribuídos.

São Paulo, 24 de março de 2025
A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)			
ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante		32.868.798	24.908.365
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.303.044	3.366.206
Instrumentos financeiros		28.921.344	21.852.296
Depósitos no Banco Central		577	592
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	423.489	264.222
Títulos e valores mobiliários	6	3.564.301	2.764.095
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.687.036	995.692
Operações de crédito	8	14.676.979	10.788.468
Carteira de câmbio	9	7.541.140	7.054.971
Outros instrumentos financeiros	10	27.222	7.256
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		8 (549.657)	(312.989)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(506.579)	(282.939)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(43.078)	(30.050)
Outros ativos		11 194.067	2.852
Não circulante		28.702.157	21.837.298
Instrumentos financeiros		28.850.518	21.787.135
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	678.800	767.032
Títulos e valores mobiliários	6	5.929.813	5.467.940
Instrumentos financeiros derivativos	7	958.134	648.628
Operações de crédito	8	16.756.599	14.785.494
Carteira de câmbio	9	4.522.704	11.030.985
Outros instrumentos financeiros	10	4.468	4.956
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		8 (899.253)	(475.028)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(896.501)	(471.500)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.752)	(528)
Ativo fiscal diferido		12a 531.091	315.451
Outros ativos		11 156.993	152.373
Inventos		6	6
Intangível (líquido de depreciação acumulada)		38.274	33.538
Intangível (líquido de amortização acumulada)		24.078	23.823
TOTAL		61.570.955	46.745.663

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)						
	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reserva de lucros - estatutárias	Reserva de lucros - resultados	Outros resultados
Saldos em 31 de dezembro de 2022		3.115.092	282.493	2.051.205	206.523	(2.921)
Homologação do aumento de capital conforme AGE de 30/12/2022	20	282.493	(282.493)	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	6	-	-	-	-	23.130
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	812.710
Destinações: Reserva legal	20	-	-	-	40.635	(40.635)
Reserva estatutária	20	-	-	400.078	-	(400.078)
Dividendos pagos	20	-	-	(800.000)	-	(800.000)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,11 por ação)	20	-	-	-	-	(371.997)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.397.585	-	1.651.283	246.888	20.209
Aumento de capital conforme AGE de 31/12/2024	20	-	214.890	-	-	214.890
Resultado abrangente do exercício	6	-	-	-	-	(18.225)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	342.863
Destinações: Reserva legal	20	-	-	-	17.143	(17.143)
Reserva estatutária	20	-	-	(11.506)	-	(11.506)
Dividendos pagos	20	-	-	(400.000)	-	(400.000)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,08 por ação)	20	-	-	-	-	(337.226)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.397.585	214.890	1.239.777	264.031	1.984
Saldos em 30 de junho de 2024		3.397.585	-	1.251.283	256.077	47.806
Aumento de capital conforme AGE de 31/12/2024	20	-	214.890	-	-	214.890
Resultado abrangente do semestre	6	-	-	-	-	(45.822)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	159.093
Destinações: Reserva legal	20	-	-	-	7.954	(7.954)
Reserva estatutária	20	-	-	(11.506)	-	(11.506)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,08 por ação)	20	-	-	-	-	(252.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.397.585	214.890	1.239.777	264.031	1.984

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023, exceto quando informado (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Rabobank International Brasil S.A. (Banco ou Instituição), com sede na Avenida Doutor Churci Zaidan, nº 1240 - 14º e 15º andares, na cidade de São Paulo, é uma instituição financeira independente privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar no país como Banco Múltiplo, e tem como objeto social a prática de operações ativas e passivas inerentes às carteiras de crédito, de investimento e câmbio. O Banco é uma controlada do Rabobank International Holding B.V. e sua constituição foi autorizada por Decreto Presidencial em 8 de agosto de 1995. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo Rabobank, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2025. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, valor justo de determinados instrumentos financeiros, avaliação de ativos, realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e a determinação da vida útil de determinados ativos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em novembro de 2021, o CMN publicou a Resolução CMN nº 4.966/2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A referida Resolução passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025, exceto para a contabilidade de hedge que entra em vigor em 2027. A Lei nº 14.467/2022, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025, alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. De acordo com o artigo 78, as instituições financeiras devem divulgar nas notas explicativas as demonstrações financeiras do exercício de 2024 os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o resultado e a posição financeira da instituição. Esses impactos, conforme as melhores estimativas da Administração, são inferiores a 10% do Patrimônio Líquido, considerando os efeitos fiscais. A Resolução CMN nº 4.975/2021 que recepciona o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A transição, segundo as melhores estimativas, não produz efeitos materiais no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. As demonstrações financeiras do Rabobank são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no Brasil, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Pronunciamento CPC

Resoluções
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 24 - Evento Subsequente
CPC 25 - Ativos, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 27 - Ativo Imobilizado
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
CPC 41 - Resultado por Ação
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

3. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis são assim resumidas: **a) Apreciação do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas no regime de competência, observando-se o critério *pro-rata temporis* para as operações de natureza financeira. **b) Saldos de operações em moeda estrangeira:** As operações ativas e passivas com cláusulas de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data do balanço, de acordo com as disposições contratuais. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data é efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, de convertibilidade imediata e, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro e ao pós-fixado pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e) Instrumentos financeiros:** **I) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BCB nº 3.068/2011 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são demonstrados pelos critérios de registros e avaliações contábeis, nas seguintes categorias: **Títulos para negociação** - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor justo. Os ajustes a valor justo são contabilizados em contrapartida ao resultado do período. **Títulos disponíveis para venda** - aqueles que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são avaliados pelo valor justo. Os ajustes a valor justo são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, que são transferidos para o resultado do período em que houver efetiva realização, e **Títulos mantidos até o vencimento** - para os quais hája intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeção de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos (Circular BCB nº 3.129/2020). São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, em contrapartida ao resultado do período. **II) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos):** De acordo com a Circular BCB nº 3.082/2002 e regulamentos posteriores, as operações com instrumentos financeiros derivativos, compostas pelas operações a termo, opções, futuros e de swap, são contabilizadas com os seguintes critérios: **Operações a termo** - são registradas

Demonstração do resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)				
	Nota	2024	2023	
		2º Semestre	1º Semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira		5.441.713	11.048.815	2.824.930
Operações de crédito		3.872.804	7.811.019	1.244.047
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.006.513	1.890.046	1.532.346
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	31.907	310.078	168.447
Resultado de operações de câmbio		530.489	1.037.672	-
Despesas da intermediação financeira		(4.495.674)	(9.203.078)	(955.520)
Operações de captação no mercado		(649.133)	(1.194.505)	(1.227.531)
Operações de empréstimos e repasses		(3.846.541)	(8.009.028)	(665.024)
Resultado de operações de câmbio		-	-	(139.905)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8g	-	-	(253.108)
Resultado bruto da intermediação financeira		946.039	1.845.737	1.869.410
Resultado de provisões para perdas	8e	(369.173)	(685.423)	50.438
Provisão para perdas sobre a carteira de crédito e outros créditos		(369.173)	(685.423)	50.438
Receitas (despesas) operacionais		(434.407)	(738.023)	(683.539)
Receitas de prestação de serviços	23	55.550	113.389	141.902
Despesas de pessoal	22	(202.592)	(361.030)	(346.682)
Despesas de honorários da diretoria		(9.468)	(20.992)	(20.741)
Outras despesas administrativas	24	(215.354)	(373.531)	(350.113)
Despesas tributárias	25	(62.543)	(95.859)	(107.905)
Outras receitas (despesas) operacionais		(20.979)	(24.831)	(966)
Outras receitas operacionais	26	3.743	8.057	7.043
Outras despesas operacionais	27	(24.722)	(32.888)	(8.009)
Resultado operacional		121.480	997.460	1.235.343
Resultado não operacional		(143)	2.504	302
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		121.337	399.964	1.235.645
Imposto de renda e contribuição social	12	81.185	(475)	(359.679)
Provisão para imposto de renda		(57.094)	(108.626)	(176.285)
Provisão para contribuição social		(50.463)	(92.578)	(145.205)
Ativo fiscal diferido		188.742	200.729	(38.189)
Participações nos lucros		(43.429)	(56.226)	(63.256)
Lucro líquido dos semestres/exercícios		159.093	342.863	812.710
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$	20e	3,50	105,16	249,28

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente - Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)				
	Nota	2024	2023	
		2º Semestre	1º Semestre	Exercício
Lucro líquido dos semestres/exercícios		159.093	342.863	812.710
Resultado não operacional		(143)	2.504	302
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		121.337	399.964	1.235.645
Imposto de renda e contribuição social	12	81.185	(475)	(359.679)
Provisão para imposto de renda		(57.094)	(108.626)	(176.285)
Provisão para contribuição social		(50.463)	(92.578)	(145.205)
Ativo fiscal diferido		188.742	200.729	(38.189)
Participações nos lucros		(43.429)	(56.226)	(63.256)
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$	20e	3,50	105,16	249,28

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente - Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)				
	Nota	2024	2023	
		2º Semestre	1º Semestre	Exercício
Lucro líquido dos semestres/exercícios		159.093	342.863	812.710
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		(45.822)	(18.224)	23.130
Ajuste de marcação a mercado sobre títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda		(83.313)	(33.135)	42.054
Efeito fiscal		37.491	14.911	(18.924)
Resultado abrangente dos semestres/exercícios		113.271	324.639	835.840

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Resultado não operacional - Lucro na venda de bens não de uso próprio	2.417	-
Resultado não operacional - rendas de arrendamento rural	69	346
Resultado não operacional - alienação de imobilizado em uso	18	(44)

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa utilizados na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa são assim sumarizados:

	2024	2023
Disponibilidades em moeda nacional	10.442	37.260
Disponibilidades em moeda estrangeira	70.731	165.808
Total de disponibilidades	81.173	203.068
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	2.105.610	2.340.199
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5)	2.116.261	822.9

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023, exceto quando informado, do Banco Rabobank Internacional Brasil S.A. (Em milhares de Reais)

	2024		2023	
	Valor financeiro do contrato	Valor do ativo	Posição líquida	Posição líquida
b) Opções padronizadas:				
Compra de opções de compra	119.750	7.394	9.826	9.826
Compra de opções de venda	748.300	34.181	14.189	14.189
Venda de opções de compra	1.460.150	(71.966)	(163.176)	(163.176)
Venda de opções de venda	2.255.925	(63.635)	(10.648)	(10.648)
9.651.749 (109.603) 358.097 (347.064) 11.033 (92.676)				

(1) Para os semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram realizadas provisões adicionais, além do mínimo requerido pelo BACEN, segundo a Resolução CMN nº 2.682/1993 e) **Movimentação da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa:**

	2024		2023	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	1.101.074	788.017	896.939	896.939
Provisão(reversão)	369.173	685.423	(50.438)	(50.438)
Baixas para prejuízo	(21.337)	(24.530)	(58.484)	(58.484)
Saldo final	1.448.910	1.448.910	788.017	788.017

Recuperação de créditos baixados para prejuízo 21.542 47.954 244.239
 Renegociação de operações (1) 3.497.977 5.449.352 2.197.890
 (1) Em 2024 e 2023 estão incluídas as renegociações por composição de dívida, prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. **f) Concentração das operações de crédito:**

	2024		2023	
	Valores	% do total	Valores	% do total
Maior devedor	994.059	1,7	511.239	1,9
Dois maiores devedores	5.176.872	14,3	3.643.203	13,2
Vinte maiores devedores	8.072.232	22,2	5.732.620	20,8
Cinquenta maiores devedores	13.546.299	37,3	9.809.176	35,6
Com maiores devedores	18.444.896	50,8	13.789.266	50,0

g) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros: De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, em 2024 foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$ 15.400 (2023 - R\$ 215.268). Em 2023 gerou uma perda no resultado em virtude da cessão de R\$ 253.108.

9. Carteira de câmbio:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Câmbio comprado a liquidar	9.127.389	-	4.512.609	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-3.192.015	-	-2.581.869
Direitos sobre vendas	-	-	-	-
Câmbio em trânsito	2.834.001	-	2.614.198	-
Obrigações por compra de câmbio	-	-8.234.412	-	-4.586.403
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	102.454	-	41.249	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(4.784.614)	-	(1.972.204)
12.063.844 6.641.813 7.168.056 5.196.068				

10. Outros instrumentos financeiros:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Créditos com característica de concessão de crédito (1)	4.812	4.956	19.412	5.951
Rendas a receber	-	-	7.466	1.305
Negociação e intermediação de valores	-	-	31.690	12.212
11. Tratam-se de operações com características de operações de crédito.				

11. Outros ativos:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Bens não de valor próprio	122.183	122.183	111.824	614
Impostos e contribuições a compensar	11.824	614	32.329	30.190
Devedores por depósitos em garantia	84.223	2.238	351.059	155.225
Outros	-	-	-	-
202.830 1.450 474.276 196.047				

12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: a) Composição do ativo fiscal diferido:

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Diferenças temporárias:	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	364.154	291.322	655.476	370.891
Provisão para pagamento de bônus/gratificação/PPR	29.350	26.922	56.272	56.290
Provisão para passivos contingentes	10.760	8.608	19.368	8.216
Provisão para outros passivos	3.977	3.182	7.159	14.628
Ajuste ao valor justo - TVM, instrumentos financeiros derivativos e itens objeto de hedge	(115.102)	(92.082)	(207.184)	(134.574)
Total do ativo fiscal diferido	293.139	237.952	531.091	315.451

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	2024		2023	
	Saldo em 2023	Reajuste (reversão)	Saldo em 2024	Saldo em 2023
Diferenças temporárias:	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	370.891	(90.128)	374.713	655.476
Provisão para pagamento de bônus/gratificação/PPR	56.290	(56.291)	56.273	56.272
Contingentes	8.216	-	11.152	19.368
Provisão para outros passivos	14.628	(14.628)	7.159	7.159
Ajuste ao valor justo - TVM, instrumentos financeiros derivativos e itens objeto de hedge	(134.574)	61.703	(134.313)	(207.184)
Total do ativo fiscal diferido	315.451	(99.344)	314.984	531.091

c) Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social:

	2024		2023	
	Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	Impostos e contribuições	Resultado líquido	Resultado líquido
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	399.964	1.235.645	399.964	1.235.645
Participações no lucro (1)	(56.626)	(63.256)	(56.626)	(63.256)
Lucro líquido antes dos impostos	343.338	1.172.389	343.338	1.172.389

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente (154.502) (527.575)
 Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:
 Sobre juros de capital próprio 151.752 167.399
 Sobre despesas inadotáveis líquidas das receitas não tributáveis (4.559) (4.503)
 Sobre incentivos fiscais 6.294 6.017
 Sobre outros valores 540 (1.017)
Resultado de imposto de renda e contribuição social (475) (359.679)
 (1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IRPJ e CSLL.

d) Previsão de realização do ativo fiscal diferido:

	2024		2023	
	Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2025-2026	67.320	56.151	123.471	123.471
2027	104.386	84.656	189.042	189.042
2028	35.582	28.466	64.048	64.048
2029	39.423	31.538	70.961	70.961
2030	28.875	23.099	51.974	51.974
De 2031 a 2034	17.553	14.042	31.595	31.595
Total	293.139	237.952	531.091	531.091

Os registros contábeis dos ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade do Banco conforme Resolução CMN nº 4.842/2020. A partir do ano calendário 2025, com a entrada em vigor da Lei nº 14.467/2022, serão contempladas as novas regras de perdidas incorridas no recebimento de créditos. O valor presente dos ativos fiscais diferidos em 2024 é de R\$ 499.226 (2023 - R\$ 302.833). Para efeito de valor presente dos ativos fiscais diferidos foi utilizada a taxa média de captação. Em 31 de dezembro de 2024 o Banco possui ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias, não adotados sobre provisão para devedores duvidosos em R\$ 3.586 (2023 - R\$ 2.749), devido à incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

13. Depósitos:

	2024		2023	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
À vista	18.226	-	-	15.918
Interfinanceiros	-	154.312	-	154.312
A prazo	-	975.780	1.475.664	16.146
18.226 1.130.092 1.475.664 16.146 2.640.128 212.067				

Os depósitos à vista são classificados "sem vencimento", em decorrência da disponibilidade imediata, os depósitos interfinanceiros são indexados ao CDI com o vencimento em 2025 (2023 - vencimento em 2024) e os depósitos a prazo são indexados ao CDI e pré-fixados com o vencimento até 2026 (2023 - vencimento até 2026).

14. Captações no mercado aberto:

	2024		2023	
	Até 3 meses	700 a 1200	Total	Total
Carteira de terceiros	700.124	700.124	815.344	815.344
Letras Financeiras do Tesouro	453.696	453.696	1.061.396	1.061.396
Notas do Tesouro Nacional	-	-	299.399	299.399
Total	1.153.820	1.153.820	2.176.679	2.176.679

15. Recursos de aceites e emissão de títulos:

	2024		2023	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Letras de crédito imobiliárias	702.439	129.941	586.567	266.360
Letras de crédito do agronegócio	585.074	790.227	1.663.875	618.899
Letras financeiras	263.441	2.097.190	2.360.631	468.691
Total	1.287.513	1.187.609	4.347.632	1.704.013

As letras de crédito imobiliárias, letras de crédito do agronegócio e as letras financeiras são títulos de renda fixa, são indexadas ao CDI e pré-fixadas, possuem prazo de vencimento até 2029, 2029 e 2027, respectivamente (2023 - prazo de vencimento até 2028, 2028 e 2026, respectivamente).

e) e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimentos:

	2024		2023	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Obrigações por empréstimos	-	-	4.791.418	-
Repasses	104.191	590.490	-	-
Total	104.191	590.490	4.791.418	-

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se às linhas de financiamento de exportação e importação com taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial, com partes relacionadas sediadas no exterior e com vencimento até outubro de 2025 (2023 - com vencimento até agosto de 2024). Os repasses do País referem-se a recursos obtidos com a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), destinados a financiamentos agrícolas nos moldes dos programas "FINAME", com vencimento até outubro de 2024 (2023 - com vencimento até novembro de 2023), assim como recursos do programa "Financiamento a Empreendimentos" do BNDES, cuja data da última amortização é dezembro de 2034 (2023 - com vencimento até dezembro de 2033) e recursos do programa "Funcilite" do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja data da última amortização é novembro de 2030 (2023 - com vencimento até novembro de 2030). Os repasses do exterior referem-se às operações contratadas em moeda estrangeira, amparadas na Resolução BCB nº 278/2022, obtidos com partes relacionadas, têm taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial, com vencimento até junho de 2039 (2023 - com vencimento até janeiro de 2033), taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial. **17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** a) **Ativos contingentes:** não há ativos contingentes registrados. b) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** o Banco participa de questões cuja possibilidade de perda é considerada, pela Administração e seus assessores jurídicos, como possível, e para as quais não foram constituídas provisões relacionadas a processos trabalhistas e processos administrativos e judiciais que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da Receita Federal do Brasil (RFB). Destacam-se as principais discussões a seguir:

	2024		2023	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Obrigações por empréstimos	-	-	4.791.418	-
Repasses	104.191	590.490	-	-
Total	104.191	590.490	4.791.418	-

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se às linhas de financiamento de exportação e importação com taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial, com partes relacionadas sediadas no exterior e com vencimento até outubro de 2025 (2023 - com vencimento até agosto de 2024). Os repasses do País referem-se a recursos obtidos com a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), destinados a financiamentos agrícolas nos moldes dos programas "FINAME", com vencimento até outubro de 2024 (2023 - com vencimento até novembro de 2023), assim como recursos do programa "Financiamento a Empreendimentos" do BNDES, cuja data da última amortização é dezembro de 2034 (2023 - com vencimento até dezembro de 2033) e recursos do programa "Funcilite" do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja data da última amortização é novembro de 2030 (2023 - com vencimento até novembro de 2030). Os repasses do exterior referem-se às operações contratadas em moeda estrangeira, amparadas na Resolução BCB nº 278/2022, obtidos com partes relacionadas, têm taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial, com vencimento até junho de 2039 (2023 - com vencimento até janeiro de 2033), taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial. **17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** a) **Ativos contingentes:** não há ativos contingentes registrados. b) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** o Banco participa de questões cuja possibilidade de perda é considerada, pela Administração e seus assessores jurídicos, como possível, e para as quais não foram constituídas provisões relacionadas a processos trabalhistas e processos administrativos e judiciais que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da Receita Federal do Brasil (RFB). Destacam-se as principais discussões a seguir:

	2024		2023	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Obrigações por empréstimos	-	-	4.791.418	-
Repasses	104.191	590.490	-	-
Total	104.191	590.490	4.791.418	-

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se às linhas de financiamento de exportação e importação com taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial, com partes relacionadas sediadas no exterior e com vencimento até outubro de 2025 (2023 - com vencimento até agosto de 2024). Os repasses do País referem-se a recursos obtidos com a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), destinados a financiamentos agrícolas nos moldes dos programas "FINAME", com vencimento até outubro de 2024 (2023 - com vencimento até novembro de 2023), assim como recursos do programa "Financiamento a Empreendimentos" do BNDES, cuja data da última amortização é dezembro de 2034 (2023 - com vencimento até dezembro de 2033) e recursos do programa "Funcilite" do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja data da última amortização é novembro de 2030 (2023 - com vencimento até novembro de 2030). Os repasses do exterior referem-se às operações contratadas em moeda estrangeira, amparadas na Resolução BCB nº 278/2022, obtidos com partes relacionadas, têm taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial, com vencimento até junho de 2039 (2023 - com vencimento até janeiro de 2033), taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial. **17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** a) **Ativos contingentes:** não há ativos contingentes registrados. b) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** o Banco participa de questões cuja possibilidade de perda é considerada, pela Administração e seus assessores jurídicos, como possível, e para as quais não foram constituídas provisões relacionadas a processos trabalhistas e processos administrativos e judiciais que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da Receita Federal do Brasil (RFB). Destacam-se as principais discussões a seguir:

	2024		2023	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Obrigações por empréstimos	-	-	4.791.418	-
Repasses	104.191	590.490	-	-
Total	104.191	590.490	4.791.418	-

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se às linhas de financiamento de exportação e importação com taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial, com partes relacionadas sediadas no exterior e com vencimento até outubro de 2025 (2023 - com vencimento até agosto de 2024). Os repasses do País referem-se a recursos obtidos com a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), destinados a financiamentos agrícolas nos moldes dos programas "FINAME", com vencimento até outubro de 2024 (2023 - com vencimento até novembro de 2023), assim como recursos do programa "Financiamento a Empreendimentos" do BNDES, cuja data da última amortização é dezembro de 2034 (2023 - com vencimento até dezembro de 2033) e recursos do programa "Funcilite" do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja data da última amortização é novembro de 2030 (2023 - com vencimento até novembro de 2030). Os repasses do exterior referem-se às operações contratadas em moeda estrangeira, amparadas na Resolução BCB nº 278/2022, obtidos com partes relacionadas, têm taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial, com vencimento até junho de 2039 (2023 - com vencimento até janeiro de 2033), taxas de juros pré-fixadas e acrescidas de variação cambial. **17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** a) **Ativos contingentes:** não há ativos contingentes registrados. b) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** o Banco participa de questões cuja possibilidade de perda é considerada, pela Administração e seus assessores jurídicos, como possível, e para as quais não foram constituídas provisões relacionadas a processos trabalhistas e processos administrativos e judiciais que tem como objeto a impugnação de Auto de Infração da Receita Federal do Brasil (RFB). Destacam-se as principais discussões a seguir:

	2024		2023	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Obrigações por empréstimos	-	-	4.791.418	-
Repasses	104.191	590.490	-	-
Total	104.191	590.490	4.791.418	-

Provisão para riscos fiscais

	2024		2023	
	Saldo em 31/12/2023	Constituição/Atualização (reversão)	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
FGTS	2.391	-	19	2.410
COFINS	9.172	-	496	9.668
Total	11.563	-	515	12.078

★ continuação

BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução: O Comitê de Auditoria ("Comitê") estatutário do Banco Rabobank Internacional Brasil S.A. (Rabobank) foi instituído em 12/03/2013. Consoante o disposto em seu Regulamento, o Comitê deve zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Rabobank, bem como pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. Nos termos da Resolução nº 4.910/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a PricewaterhouseCoopers é atual auditoria independente contratada para o exame das demonstrações financeiras do Rabobank. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamentos de riscos, oferecendo ao Comitê, uma visão crítica da qualidade de processos e controles internos e o monitoramento de riscos. **Atividades do Comitê:** O Comitê se reuniu por 1 (uma) vez durante 2025, contando com a participação de diversas áreas internas incluindo Auditoria Interna, Compliance e Finanças, bem como os auditores independentes, conforme atas devidamente documentadas das referidas reuniões. Em 25 de março de 2025, foi realizada reunião em que foram analisadas e discutidas a qualidade das demonstrações financeiras do segundo semestre e

exercício de 2024, com a participação dos auditores independentes supra mencionados. **Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos:** O Comitê avaliou aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos na Instituição, com ênfase nos riscos de crédito, operacional, de liquidez e de mercado. O Comitê também acompanha, em contato com as áreas de Controladoria, Jurídico, Compliance, Crédito, Treasury e Market Risk, informações gerenciais e de operações do Rabobank, munindo-se de informações necessárias ao cumprimento de suas obrigações. **Cumprimento de Legislação, Regulamentação e Normas Internas:** O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão devidamente identificados e continuam sendo desenvolvidos de acordo com orientações corporativas e normas externas. Com base em informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, não foram apontadas falhas relevantes no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a solidez e a continuidade das atividades do Rabobank. **Auditoria Externa:** O Comitê mantém com os auditores externos um canal regular de comunicação para a ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de

aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita fundamentarem sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras e relatórios financeiros. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam a sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e independência da Auditoria Externa. **Auditoria Interna:** O Comitê acompanhou os trabalhos da Auditoria Interna, aprovando seu planejamento estratégico e tático, bem como revisando o resultado das auditorias realizadas durante o ano de 2024 e 2025 a implantação dos correspondentes planos de ação dentro de seus respectivos prazos. O Comitê avalia como positiva a abrangência e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, sendo certo que os resultados desses trabalhos, apresentados em sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento deste a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade das atividades do Rabobank. **Demonstrações Financeiras:** Para análise das demonstrações financeiras, o Comitê (i) reuniu-se com representantes da Administração e com os profissionais responsáveis pela contabilidade do Rabobank, (ii) analisou os comentários dos auditores independentes, (iii) verificou os traba-

lhos da Auditoria Interna e (iv) discutiu aspectos relevantes que conduzem às suas conclusões a respeito da qualidade, confiabilidade e conformidade das demonstrações financeiras do Rabobank às normas vigentes. O Comitê analisou ainda os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações financeiras. Foram igualmente examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, verificando-se que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instrumentos do Banco Central do Brasil e normativos da Comissão de Valores Mobiliários. **Conclusão:** Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, entendeu efetivos os trabalhos das auditorias externa e interna, bem como os controles internos da Instituição, recomendando a aprovação pela Diretoria das demonstrações financeiras do Rabobank para a data-base de 31 de dezembro de 2024.

Comitê de Auditoria
São Paulo, 25 de março de 2025

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Banco Rabobank Internacional Brasil S.A.** - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rabobank Internacional Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** Conforme divulgado nas Notas 3 (e)(III) e 8(d) a determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é um processo que requer julgamento da administração na determinação do risco de crédito e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e

normativos complementares do BACEN. Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois o uso de julgamento na mensuração do valor da provisão para perdas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados à (i) concessão de crédito; (ii) operações renegociadas; (iii) atribuição de nível de risco; e (iv) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares. Eletuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, (ii) recálculo das provisões com base na classificação de risco e no atraso das operações, e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Adicionalmente, realizamos outros testes em atendimento aos requisitos da Resolução CMN nº 2.682, bem como analisamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a

funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a

adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador - CRC 1SP172940/O-6

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 29/03/2025

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/29/BANCORABOBANK1581684829032025.pdf>
Hash: 17432041237000f998a0a94777aac0354058c79341